

DESENHANDO O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA: NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES EM HQS

Patrícia Rangel¹

Resumo:

Este artigo é dedicado à reflexão sobre narrativas e representações do povo palestino em histórias em quadrinhos. Argumento que a arte sequencial pode servir como fonte de História e forma de questionar visões orientalistas. Como exemplo, apresentarei um projeto gráfico contra-hegemônico (*Palestina*, de Joe Sacco), em oposição a imagens eurocêntricas comuns em gibis tradicionais (como em *Tintim*, de Herge), sugerindo que a narrativa figurada é um poderoso instrumento político por contribuir para a transmissão geracional dos valores sociais.

Abstract:

This paper aims to reflect about narratives and representations of Palestinians in comic books. I sustain that sequential art may serve as historical source and as a way to put into question orientalist standpoints. As an example, I present a counter-hegemonic graphical project (Joe Sacco's *Palestine*) in opposition to common eurocentric images in traditional comics (as in Herge's *Tintim*), suggesting that figurative narrative is a powerful political tool, as long as it contributes to social values generational transmission.

*A arte é a expressão da sociedade em seu conjunto:
crenças, ideias que faz de si e do mundo,
diz tanto quanto os textos de seu tempo,
às vezes até mais.*
(Georges Duby)

Em 2014, a sociedade internacional como um todo tem sido convocada a revisar e atualizar suas posturas e reflexões quanto ao conflito Israel-Palestina, sobretudo devido às atrocidades levadas a cabo pelo governo israelense e às manifestações belicosas de proeminentes figuras sionistas, bem como às violentas reações do Hamas, principal braço do fundamentalismo islâmico da Palestina (e organização terrorista, segundo Estado Unidos, União Europeia e Israel). Neste ano, o conflito ganhou novo fôlego, a partir de renovadas investidas de Israel contra Gaza, caracterizadas sobretudo

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-Rio, mestra em Ciência Política pelo antigo IUPERJ e doutora em Ciência Política pela UnB, atualmente é bolsista de pós-doutorado da FAPESP junto ao Projeto "50 anos de feminismo (1965- 2015): novos paradigmas, desafios futuros", realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

por bombardeios aéreos que tiveram como consequência a morte de inúmeros palestinos².

O mais novo episódio deste conflito que dura quase 70 anos começou em junho deste ano, quando o Hamas foi responsabilizado por Benjamin Netanyahu (primeiro-ministro israelense) pelo desaparecimento de três jovens judeus. O atual ataque bélico por parte de Israel vem sendo considerado a maior investida militar na Cisjordânia desde a segunda Intifada. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apontaram que, até agosto deste ano, um milhão de pessoas estavam sem água potável, 485 mil haviam sido enviadas para abrigos de emergência e 1.900 haviam sido mortas. Segundo a organização não-governamental Palestinian Prisoners Society³, só em agosto deste ano, 597 pessoas foram detidas na Cisjordânia e Jerusalém Oriental por autoridades israelenses, contabilizando pelo menos dois mil palestinos presos em 2014.

Apesar de o tema estar em voga nos últimos meses e de ter (re)despertado interesse no público em geral, é sabido que as atrocidades nunca cessaram desde 1948, data da fundação do Estado de Israel. Passados quase dez anos da defesa de minha monografia, da qual o presente artigo é uma versão reduzida, ainda segue atual o problema que elegi para produzir o trabalho de conclusão do curso de Relações Internacionais. Na ocasião, meu objetivo era sugerir que as histórias em quadrinho (HQs) interagem com a realidade política internacional e são elemento de *soft power*⁴. Analisando representações de povos do Oriente Médio e do Mundo Muçulmano (OMMM) em HQs produzidas em períodos e países distintos, busquei apontar que as mesmas podem fazer as vezes de instrumento político de reprodução e reprodução de valores, imagens, conceitos e juízos recorrentes de política internacional (hegemônicas e

² No Brasil, as atenções se voltaram também às relações diplomáticas com Israel, após a afirmação do porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Yigal Palmor, de que nosso país seria um “anão diplomático”, em resposta à reação brasileira aos ataques israelenses a Gaza. Palmor, que foi destituído em setembro de 2014, completou sua declaração alegando que desproporcional seria perder de 7 a 1, fazendo referência à derrota da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo.

³ Para mais informações sobre a organização, ver < <http://mhpss.ps/en/organization/the-palestinian-prisoners-society/MJEN2Ysg-hs=>> e < <http://www.palestinian-prisoners.nl/>>

⁴ Os quadrinhos e os desenhos animados contribuíram, por exemplo, para a conquista de “corações e mentes” ao redor do mundo pelos Estados Unidos: só a Warner Bros possui 135 mil desenhos animados (Ramonet, 2002). Ao estimular a difusão internacional de sua cultura, o país se tornou proprietário de uma parcela do imaginário coletivo global.

contra-hegemônicas), incluindo posturas islamofóbicas e orientalistas, mas também perspectivas decoloniais (ou decoloniais)⁵.

O que se chama de *comics* nos Estados Unidos, de *bandes-dessinées* na França, *fumetti* na Itália, *tebeio* na Espanha, *hitorieta* na América Espanhola, *história aos quadrinhos* em Portugal e de *história em quadrinhos* no Brasil compõe uma “literatura de imagens fixas”⁶ (Cagnin, 1975) permeada de elementos ideológicos geralmente despercebidos, já que o senso comum a considera literatura infantil e, portanto, coisa despolitizada. No referido trabalho, indiquei que, exatamente por serem majoritariamente voltadas a crianças e adolescentes, essas histórias são relevantes para processos de socialização e para o treinamento em práticas sociais, ensinando a gerações inteiras a cultura política em uma determinada época, suas ideologias e percepções sobre outros povos.

Os quadrinhos são essencialmente códigos que trazem consigo um sistema de significados (Cagnin, 1975) e, desta forma ajudam a compreender visões de mundo que inspiram o cartunista, e conseqüentemente, a sociedade no momento histórico em que ele vive. Por serem manifestações artístico-culturais e produtos industriais, os quadrinhos (bem como livros, filmes e canções) não são somente fruto do talento do artista, mas sim o resultado de relações sociais na sociedade industrial (Miranda, 1978). Quadrinhos, por serem uma literatura de grande influência, constituem um veículo de comunicação de massa. Para Miranda (1978), eles são os principais instrumentos de cultura de massas entre os jovens⁷.

Expressão vizinha às HQs, os desenhos animados, como argumentava Theodor W. Adorno, foram inicialmente manifestações da fantasia contra o racionalismo, mas posteriormente passaram a confirmar a vitória da razão tecnológica sobre a verdade, a habituar os sentidos ao desfalecimento da resistência individual, que é condição de vida nessa sociedade: “Pato Donald mostra nos desenhos animados como os infelizes na realidade são espancados para que os espectadores se habituem com o procedimento”

⁵ Para uma explicação detida sobre os termos “decolonial” e “descolonial”, ver “América Latina e o giro decolonial”, artigo de Luciana Ballestrin na Revista Brasileira de Ciência Política, no.11 - May/Aug. 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>, acesso em 01/09/2014.

⁶ HQs podem ser de diversos tipos: *comics* (poucos quadrinhos, que geralmente são piadas e charges, com o objetivo de provocar riso); sátiras (que introduzem críticas sociais e proposições ideológicas); e aventuras, que são a maioria dos quadrinhos (Cagnin, 1975).

⁷ De acordo com sua pesquisa, 79,3% dos estudantes de São Paulo liam HQs no fim da década de 1970, e mais de 80% dos jovens de até 18 anos consumiam frequentemente os quadrinhos (infelizmente, não há estudo recente equivalente à investigação do autor que ofereça dados mais recentes).

(Adorno, 2000:186). Ariel Dorfman e Armand Mattelart (1980) seguem a mesma linha, argumentando que histórias infantis são, consciente ou inconscientemente, utilizadas como ferramenta de comunicação de massa. Usando como exemplo uma aventura também de Pato Donald, que é “o símbolo por excelência do americano comum” (Moura, 1985:39), os autores sugerem que quadrinhos e desenhos animados da Disney reproduzem valores etnocêntricos que refletem relações hegemônicas existentes no Sistema Internacional. Swingewood, (1978), por fim, aponta que HQs seriam instrumentos culturais que ajudariam a manter a dominação capitalista.

Por outro lado, elas também podem servir a motivações contra-hegemônicas. *Persépolis* (Satrapi, 2004, 2005 e 2006), por exemplo, representa uma visão endógena sobre e a Revolução Iraniana e desconstrói os lugares-comuns sobre o país. Já *Palestina - Uma nação ocupada*, de Joe Sacco (2002), é uma visão estrangeira com um compromisso anti-etnocêntrico sobre o conflito que nos serve de tema nesta edição do Boletim Malala. A obra é um esforço de um indivíduo do Norte Global em entender a cultura e as convicções políticas do povo palestino, relativizando as categorias dicotômicas que muitas vezes resultam de experiências com a alteridade. A HQ, que possui um tipo histórico e subjetivo de narrativa, pode ser classificada como reportagem em quadrinhos. É sobre este tipo de arte sequencial e seu potencial político que discorrerei nas próximas páginas. Não cabe, neste trabalho, levar a cabo a análise estética da cultura comercial em si. O intuito, como sugere Swingewood (1978) é realizar uma tentativa de compreensão de seus efeitos sobre o comportamento e a consciência de massa, bem como as possibilidades de desafiá-la.

Construindo outras narrativas e versões da história

*É impossível ler todas as suas histórias –
e aquele que o fizer estará morto.*
(Ditado árabe)

O tipo de narrativa do romance gráfico (*graphic novel*) *Palestina - Uma nação ocupada* não aspira objetividade, admite que suas imagens são parciais e busca captar o cotidiano, o doméstico, os sentimentos das pessoas comuns. Com seu jornalismo investigativo e sensível, Joe Sacco não somente narra a história do conflito entre

israelenses e palestinos, mas também traz seu dia-a-dia para perto dos/as leitoras/es, dando uma feição humana àquela população. Os quadrinhos foram desenhados entre os anos de 1991 e 1992, porém sua obra continua fazendo sentido em recortes temporais mais amplos e/ou posteriores. A contribuição desse tipo de trabalho reside em providenciar versões alternativas à história oficial, escrita pelos vencedores, i.e., pelo mundo ocidental e pela supremacia branca (utilizando o termo empregado por bell hooks, 1992) e por perspectivas sionistas. Nesta seção, trataremos de alguns fatos abordados na HQ.

As teorias decolonias, que há décadas têm buscado superar o etnocentrismo, oferecem ferramentas para a crítica do sujeito universal, que desconsidera particularidades e contingências, que elimina a polissemia e que estratifica, hierarquiza e exclui em nome de um discurso uno. Suas teorias buscam dar visibilidade a vivências e conhecimentos de seguimentos sociais historicamente marginalizados, promover a celebração da diversidade, bem como fazer a crítica ao fardo colonial nas ciências humanas e sociais⁸.

A história oficial e o senso-comum tendem a considerar que a criação de Israel implicou no nascimento de duas nações: a israelense e a árabe-palestina, já que no final do século XIX e início do XX, a região da Palestina era parte do antigo Império Otomano, e não uma nação politicamente organizada (Scalercio, 2003). Argumenta-se, desta forma, que a luta entre palestinos e sionistas seria “uma luta entre a presença e a interpretação, a primeira sendo sempre derrotada pela segunda” (Arbex, 2002:VIII). No mesmo sentido, a maior parte dos/as especialistas alega que, no caso de Israel, um conflito que seria meramente territorial ganhou uma interface perigosa, i.e. histórica e religiosa, como aponta Scalercio (2003). Para o autor, os dois lados citam suas linhas de legitimidade histórica, o que jamais resultou em um entendimento: judeus/judias alegam terem sido expulsos/as e palestinos/as afirmam que não saíram de seu lugar.

No campo da religião, tanto o Islã quanto o Judaísmo seriam ideias-força dotadas de enorme teor de mobilização, o que acabaria fazendo com que as identidades culturais e religiosas sejam afirmadas através de lutas violentas e viscerais (Scalercio, 2003). No entanto, esse tipo de enfoque acaba por sugerir uma simetria entre os dois lados, coisa

⁸ Algumas referências fundamentais do mencionado campo, que não puderam ser tratadas neste artigo dada a limitação de espaço, são: Xochitl Leyva, Shannon Speed, Sandra Harding, Donna Haraway, Charles Mills, bell hooks, Immanuel Wallerstein, Talal Asad, Kathleen Gough, Edward Said, Boaventura de Sousa Santos, Walter Mignolo, Frantz Fanon e Anibal Quijano.

que não existe. Além disso, como argumenta José Arbex Jr., em entrevista a Lellis e Matos (2014), parece óbvio que “as narrativas preconceituosas de que se trata de um ‘conflito milenar’ servem de cortina de fumaça para encobrir o que de fato move os políticos”, a saber, disputa pelos recursos que movem o capital – disputa essa que envolve estadunidenses, europeus, líderes sionistas e governos árabes.

A HQ *Palestina* oferece uma contribuição atenta ao problema, explorando dimensões da realidade e versões dos fatos históricos pouco tratadas pela historiografia tradicional. Desenhando alguns episódios do conflito, Joe Sacco aponta que o fato de a região não ser um Estado-Nacional no momento de sua invasão não significa que não houvesse uma população local ou uma nação com quem negociar, nem um sentimento de pertencimento ou identidade social. A Palestina esteve ocupada por muçulmanos/as e por minorias cristãs e judias desde o século VII. Os primeiros sionistas⁹, contudo, alegaram que ela nada mais era que um deserto à espera de ocupação, pois os/as habitantes eram nômades, não ligados/as de fato àquelas terras e, portanto, não tinham direito sobre ela.

Os/as árabes foram, desta forma, transformados/as em um povo incapaz de formar realidade cultural ou nacional (Said, 1990). O sionismo teve de negar a existência dos/as árabes palestinos/as para justificar a fundação do Israel, uma vez que judeus/judias da Europa só ocupariam a Palestina se expulsassem seus/suas habitantes. A invisibilidade dos palestinos está explícita no lema sionista “uma terra sem povo para um povo sem terra” e na afirmação de Golda Meir “Não havia algo como palestinos (...) Não é como se houvesse um povo palestino na Palestina considerando a si mesmo como um povo e nós viéssemos, os jogássemos fora e tomássemos deles o seu país. Eles não existiam”¹⁰ (ver imagens abaixo).

⁹ O Primeiro Congresso Sionista tomou lugar em 1897, mesmo ano em que se fez o pedido de criação de um lar na Palestina para o povo judeu, cuja reação foi a oposição do governo otomano e da população árabe local. Ainda assim, verificou-se o crescimento do número de judeus assentados em kibutz no território palestino.

¹⁰ No original: “There were no such thing as Palestinians (...) It was not as though there was a Palestinian people in Palestine considering itself as a Palestinian people and we came and threw them out and took their country away from them. They did not exist”, publicado no Sunday Times e no The Washington Post, em 15 de junho e 16 de junho de 1969.



Figura 1 - SACCO, Joe. Palestina. Uma nação ocupada. São Paulo: Conrad Livros, 2002.

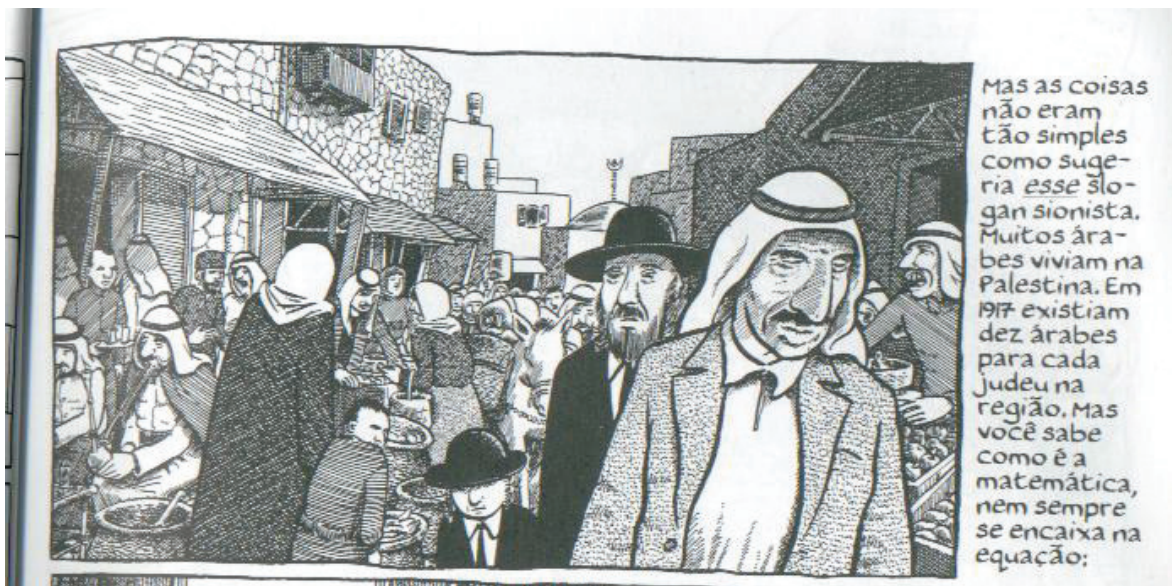


Figura 2 - SACCO, 2002.

Em 1880, a região da Palestina passou a receber um número crescente de judeus ocidentais que possuíam um projeto de nação judia. A iniciativa ganha força com a partilha do Oriente Médio entre França e Inglaterra (Acordo Sykes-Picot, ano de 1916), e a Declaração de Balfour (1917), quando a Inglaterra promete aos sionistas um “lar nacional judaico” na região da Palestina. A imigração era amplamente encorajada e o sistema de administração foi estabelecido pela Inglaterra. Os investimentos judeus eram consideráveis e contribuíram para a transformação da estrutura daquele país. Houve, naquela época, a sugestão de que seria melhor procurar uma área menos crítica, mas o movimento sionista não compactuou com a ideia. A reação obviamente existiu, como ilustra a revolta árabe anti-britânica e anti-sionista na Palestina em 1936, mas o projeto de criação de um Estado judeu já estava demasiadamente avançado para ser refreado.

Em 1937, a Comissão Peel lançou a proposta da partilha da Palestina entre um Estado independente judaico e outro árabe e, após a II Guerra Mundial, a tragédia do Holocausto fortaleceu o Movimento Sionista, levando a ONU a votar um plano para a partilha do território palestino em 1947. Márcio Scalercio (2003) conta que os/as árabes da Palestina comumente designam o ano de 1948 (data da fundação de Israel) como a época do *al-Nakba* (o desastre): centenas de milhares de pessoas foram expulsas de suas casas e dispersadas por outros países da região. Para se ter uma ideia, em 1922, cerca de 89% da população da região era composta por árabes muçulmanos/as e cristãos/ãs. Em

1949, o número de judeus e judias já ultrapassava 30%, sendo que eles/as eram donos/as de mais de 20% das terras cultivadas (Hourani, 1994).

Os/as palestinos/as, segue Scalercio (2003), aprenderam rapidamente que não podiam contar com a solidariedade dos governos dos Estados vizinhos, que seriam os/as únicos/as a defender seus interesses e que, portanto, deveriam aprender a lutar. Veio, então, a guerra árabe-israelense de 1948, criou-se a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) em 1964 e manteve-se a resistência. Como os primeiros entre os povos árabes adversários de Israel, a população palestina constatou que não poderiam combater nos termos desejados pelos israelenses: o poder militar daquele país se tornara tão extraordinário, sobretudo após a Guerra dos Seis Dias (1967), que seria estupidez ou ingenuidade tratar de enfrentá-lo em campo aberto com exércitos regulares. Na ocasião daquela guerra, por exemplo, Israel derrotou a coalizão árabe e ocupou o Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã. Ao longo da década, também se deu a Guerra de Atrito entre Israel e Egito.

A sobrevivência de Israel sempre dependeu de luta violenta. Daí a necessidade de equipar-se bem militarmente e manter grandes exércitos, como narra a citação que segue abaixo deste parágrafo. Assim, para muitos/as analistas, entre eles/as Albert Hourani (1994), a fundação do Estado israelense significou a reafirmação de atos de violência do imperialismo europeu contra as terras dos povos islâmicos, sendo uma espécie de “cabeça-de-ponte” da dominação e da influência do Ocidente na região.

Objetivamente, a comunidade judaica da Palestina fez uso das armas para impor aos árabes, igualmente dispostos à violência na defesa de seu ponto de vista, a realidade do Estado de Israel. No momento em que foi proclamada a criação do Israel moderno, cinco nações árabes invadiram a região. Na guerra, os israelenses levaram nítida vantagem. Com o fito de abrir caminho para as migrações judaicas na região, incentivaram a fuga das populações árabes, ‘clareando o terreno’ e promovendo modificações demográficas. O Estado de Israel é, desde seu nascedouro, uma nação que entendeu como imprescindível o recurso à ação militar para sobreviver. Um dos problemas (aliás, dos mais graves) é que os israelenses foram tão bem sucedidos em seus empreendimentos militares que a crença inabalável em sua superioridade produziu um enfraquecimento extraordinário nas vias de resolução dos conflitos baseadas na negociação política e no entendimento (Scalercio, 2003:21).

Enquanto Israel se armou da melhor maneira possível, aos/às palestinos/as restou a guerra de guerrilha, a infiltração, a organização em pequenos grupos, a ação rápida e a variedade de alvos. Decisões institucionais paulatinamente criminalizaram atividades de resistência e deslegitimaram pautas políticas palestinas: a partir de 1970,

ações de guerrilha passaram a ser consideradas terroristas, ao passo em que o sionismo deixou de ser classificado pela ONU como uma forma de racismo, em 1991¹¹. Nesse contexto, nunca chegou a ser possível viabilizar um projeto de paz, acarretando em uma rotina de ataques e retaliações (assimétricos) entre os dois lados. Nas décadas que se seguiram, foram abundantes os exemplos de perseguição ao povo palestino e de embate com países vizinhos.

Foi nesse contexto que surgiu o interesse do cartunista Joe Sacco pela Palestina quando, em 1981, foi estabelecida a cooperação entre Israel e Estados Unidos, e no momento em que Israel bombardeou o Líbano e anexou as Colinas de Golã a despeito da manifestação da ONU, que considerou a ação ilegal. Um ano depois, apesar de retirar suas tropas do Sinai, o governo israelense massacró cinco mil palestinos/as em campos de refugiados/as libaneses, visando expulsar a OLP para a Tunísia. As tropas só foram retiradas do Líbano em 1985, mas foi instaurada uma “zona de segurança” no sul. Dois anos depois, veio o início da Intifada, o levante popular palestino contra a ocupação, e uma série de deportações de indivíduos suspeitos de pertencer ao Hamas.

Foi observando essas arbitrariedades que o desenhista começou a questionar a imagem de “Estado vítima dos árabes sanguinários” que a televisão passava ao adotar a interpretação sionista que ocultou a presença palestina através de um jogo de preconceitos culturais. Aos olhos do Ocidente, os/as árabes palestinos/as eram “selvagens”, atrasados/as, estranhos/as, adeptos/as de roupas engraçadas e alfabeto ininteligível. Já os/as sionistas eram “civilizados/as” e semelhantes. Como consequência deste imaginário ocidental, os fatos históricos são frequentemente distorcidos a favor dos/as israelenses, e o povo palestino é considerado culpado mesmo quando não provoca os atritos, sendo associado à violência política: “terrorismo é o pão no qual palestinos são espalhados como manteiga” (Sacco, 2002:8). Por isso, o desenhista enfatizou, na HQ, que muitos palestinos discordam da atuação violenta de grupos como o Hamas (Figura 3).

¹¹ O sionismo havia sido definido como expressão de racismo pelas Nações Unidas no ano de 1975.

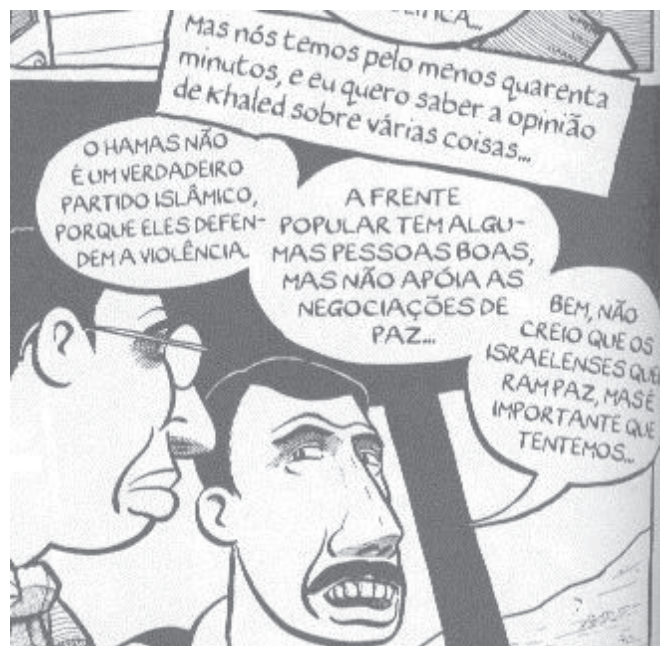


Figura 3 - SACCO, 2002.

O cartunista enfatiza ainda que a morte de um/a ocidental envolvido/a no conflito é considerada mais triste e importante do que a morte de vários/as palestinos/as. Os/as ocidentais que passam pelos territórios controlados por Israel têm um tratamento privilegiado em relação aos/às próprios/as habitantes árabes, impedidos/as de circular por muitos lugares. Da mesma forma, a palavra de um soldado de Israel pesa mais do que a de muitos palestinos (Figura 4).



Figura 4 - SACCO, 2002.

Imagens cotidianas de dois povos condenados a conviver

*O genocídio assassina os povos em seu corpo
e o etnocídio os mata em seu espírito*
(Pierre Clastres)

Os fatos acima elencados colocam em xeque a ideia de que Israel é a “única democracia do Oriente Médio”, como afirmam o governo dos Estados Unidos e demais apoiadores de Israel, ignorando o fato de a democracia já estar consolidada na Turquia e em desenvolvimento em outros Estados da região. Narrativa comprometida com a denúncia de agressões cometidas contra os/as árabes palestinos/as, *Palestina - Uma nação ocupada* trata de uma das consequências da Intifada: os *check points* e o monitoramento da população, bem como a detenção arbitrária de pessoas não envolvidas com grupos insurgentes. Quando há uma crise, ruas e territórios são fechados, há toque de recolher e interrogatórios. Por consequência, maciça parte da população masculina da Palestina, envolvida da resistência ou não, já esteve submetida a situações de privação de liberdade. Isso não quer dizer que muitos/as palestinos/as estejam envolvidos/as com grupos insurgentes, mas sim que inúmeros/as inocentes são arbitrariamente presos/as.



A maneira como os palestinos falam sobre prisão não é normal... não estou dizendo que eles gostam de uma longa temporada atrás de arame farpado israelense, mas não é exagero dizer que eles apreciam, que às vezes até exaltam a cadeia, e que é sempre uma distinção... e com as 90 mil prisões que aconteceram nos 4 primeiros anos da Intifada, é quase impossível não sentar ao lado de uma conversa sobre isso – nos táxis e nas casas de chá... e nas universidades e nos campos de refugiados – ouvi tantos relatos de encarceramento que o que me surpreende é conhecer um homem de vinte e poucos anos que não tenha sido preso nenhuma vez – dá vontade de perguntar por que raios não foi? (Sacco, 2002:81).

A HQ denuncia, pois, a desproporcionalidade de capacidades: palestinos/as são incapazes de se defender contra o terrorismo de Estado ou levar criminosos à justiça. Demonstra também a diferença de tratamento entre israelenses e palestinos/as que cometem as mesmas infrações: árabes sofrem castigos mais rígidos. Nas prisões, o trato oferecido aos/às detentos/as desafia normas internacionais acerca dos direitos humanos, sendo especialmente violento nos períodos de maior repressão. Os/as suspeitos/as são torturados/as pela polícia secreta israelense, a Shin Bet, com o objetivo de obter confissões. Há uma piada palestina sobre isso, reproduzida na Figura 6, que retrata um agente da Shin Bet tratando de fazer um equino admitir que é um coelho por meio do espancamento.

Apesar de observadores internacionais considerarem inaceitáveis as técnicas de punição realizadas em Israel, as mesmas chegaram a ser autorizadas pelo Relatório Landau - documento elaborado em 1987 por uma comissão criada para investigar a morte de dois palestinos que estavam sob custódia de autoridades israelenses. A comissão, após o fim da averiguação declarou que, para defender Israel de “atividades terroristas”, o Shin Bet poderia tomar algumas medidas de “pressão psicológica sem violência” e “pressão física moderada”. Exatamente o que seria essa pressão está definido na parte II do relatório, mantida em segredo. Na prática, os palestinos continuam a ser interrogados, “só que agora com orientações secretas, sujeitas a vai saber que interpretações e, se você quiser reclamar dos ‘novos’ métodos, agora eles são legalizados” (Sacco, 2002:91). Um relatório aponta que há uso da força física em 30% dos casos de detenção (B'TSELEM, 2010). Poucos anos após a elaboração do relatório, o responsável pela comissão, juiz Moshe Landau¹², recebeu o Prêmio de Israel, condecoração de maior distinção daquele Estado, por sua atuação no campo do Direito.

¹² Falecido em 2011, Landau foi presidente da Suprema Corte entre 1980 e 1982.



Figura 6 - SACCO, 2002.

Além dos castigos físicos, outras formas de intimidação praticadas por parte do exército israelense são novas ocupações e a violência indireta. Esta, em uma de suas dimensões, é observada na destruição das centenárias oliveiras das quais provém o sustento de muitas famílias palestinas (Figura 7). Israel argumenta que a derrubada das oliveiras é questão de segurança nacional, uma vez que podem servir de camuflagem e esconderijo para terroristas.



Figura 7 - SACCO, 2002.

Sobre os assentamentos judaicos, estes continuam crescendo sem que o Estado de Israel tome medidas para amenizar sua expansão nem desmantelar os que foram instalados em território destinado à Autoridade Nacional Palestina (ANP), como explica Scalercio (2003) e como se retrata na HQ aqui estudada:

De acordo com alguns números oficiais do governo de Israel, em 1987 e 1988, os israelenses demoliram mais casas palestinas que permitiram que fossem construídas. Mas se um judeu quiser unir-se a um assentamento em área árabe ocupada, é só pedir! Os incentivos deixam você louco! Um bônus do governo para cobrir as despesas da mudança! Disponibilidade de empréstimos mais altos com juros menores! Casas mais baratas que em Israel! Sete por cento de dedução dos impostos! Você está captando a ideia – é uma versão yuppie do Ato Homestead (Sacco, 2002:105).

Em 2014, a situação se agrava com a decisão do governo israelense de ocupar 400 hectares que pertenciam a aldeias palestinas na Cisjordânia. A ação chegou a ser condenada por um aliado do país, o Reino Unido. Segundo dados da ONG Peace Now¹³, esta é a maior apropriação israelense de terras da Cisjordânia em 30 anos. Esse tipo de informação raramente é veiculado pela grande mídia de países ocidentais e, por sua vez, o conflito é transformado em espetáculo. Sacco resalta o fascínio do Norte Global pela violência: em geral, o sofrimento dos/as muitos/as inocentes da guerra é silenciado, os/as mortos/as são tratados/as como números, e tragédia é necessária para vender a matéria.



Figura 8 - SACCO, 2002.

A simpatia e o apoio destinados ao movimento sionista, acrescidos de seu caráter etnocêntrico e do mito da “terra sem povo”, justificaram a missão civilizatória dos judeus europeus na Palestina e contribuíram para a visão negativa dos/as árabes palestinos/as sobre eles, bem como a dificuldade em conviver com os colonos (ver Figura 8). No mesmo sentido, a HQ aborda o tema do desemprego generalizado e o fato de que, a partir da Guerra dos Seis Dias, tomou lugar uma grande interação entre árabes

¹³ Mais informação no sítio eletrônico <<http://peacenow.org/il/eng/>>

e judeus/judias, quando palestinos/as passaram a ser obrigados/as a buscar postos de trabalho em Israel:

Pergunto onde trabalham. 'Israel! Israel!', diz a maioria. Os empregos estão em Israel, dizem, não na Cisjordânia. É uma hora na ida e outra na volta, e eles têm que deixar o país até as seis da tarde. Só Jabril tem um emprego local, em Nablus. Os outros são parte da mão-de-obra barata conveniente para Israel. Israel dá as cartas na economia e faz as regras em seu próprio favor, como aconteceu quando o Ministro da Defesa Rabin disse em 1985: 'Nenhuma permissão será dada para o desenvolvimento de agricultura ou indústria (nos territórios ocupados) que possa competir com o Estado de Israel'. Mahmoud diz que não trabalha há dois anos. Ele tem um cartão de identidade verde, o que significa que não pode entrar em Israel para trabalhar. Cartão verde? Ele esteve na prisão? Os soldados vieram a sua casa um dia, conta. Ele perguntou por que e eles bateram em sua cabeça (Sacco, 2002:45).

A questão do silenciamento do povo palestino é um ponto alto, e as “imagens invisíveis” do conflito são abordadas na HQ, uma vez que Sacco deliberadamente retrata o dia-a-dia dos/as palestinos/as: mostra como a convivência com os/as colonos/as é sensível e como a violência está sempre presente nessa relação. Não é raro que colonos/as criem situações com a finalidade de incentivar a repressão contra os/as árabes (Figuras 9 e 10) que, como visto na seção anterior, são frequentemente sujeitados/as a situações de tortura. A agressiva das forças de segurança de Israel é um dos motivos para o descontentamento palestino e um incentivo a aderir a grupos radicais fundamentalistas, segundo Scalercio (2003). Por outro lado, o desenhista retrata a tragédia pessoal de algumas das vítimas de balas perdidas (indicando a falta de zelo do exército israelense), a criação de heróis e o martírio de vítimas para legitimar a luta por parte dos/as palestinos/as, que encontram nessa atitude uma forma de tornar explícito seu sofrimento e mobilizar o público a favor da causa.



Figura 9 - SACCO, 2002.



Figura 10 - SACCO, 2002.

As visões ocidentais sobre a Palestina são problematizadas na HQ: o processo de desumanização dos povos árabes, seu papel de “não-povo”, de “ser estranho”. O ápice desse processo é a esteriotipação dos povos do Oriente Médio e do Mundo Muçulmano, tomados pelo Norte Global como uma coisa só (“os árabes”, “os muçulmanos”),

homogeneizando e silenciando esses povos. A partir da Segunda Guerra Mundial, “o muçulmano” passou a ser um personagem popular na cultura americana e nos estudos acadêmicos, principalmente após as guerras árabe-israelenses. O mundo contemporâneo e sua padronização, através da televisão, dos filmes, dos desenhos animados e histórias em quadrinhos, reforçou os rótulos impostos ao mundo oriental:

Nos filmes e na televisão, o árabe é associado à libidinagem ou à desonestidade sedenta de sangue. Aparece como um degenerado super-sexuado, capaz, é claro, de intrigas astutamente tortuosas, mas essencialmente sádico, traiçoeiro, baixo. Traficante de escravos, cameleiro, cambista, trapaceiro pitoresco: esses são alguns dos papéis tradicionais do árabe no cinema. O chefe árabe (de saqueadores, piratas, insurgentes “nativos”) é muitas vezes visto rosnando para o herói e a loira ocidentais capturados (ambos impregnados de integridade): ‘meu homens vão matar vocês, mas (...) eles gostam de se divertir um pouco antes’. Enquanto fala, ele olha sugestivamente de soslaio: esta é uma degradação comum de xeque feito por Valentino. Nos filmes ou nas fotos de notícias, o árabe é sempre visto em grandes números. Nenhuma individualidade, nenhuma característica ou experiência pessoal. A maior parte das imagens apresenta massas enraivecidas ou miseráveis, ou gestos irracionais (logo, desesperadamente excêntricos). À espreita, por trás de todas essas imagens, está a jihad. Resultado: um temor de que os muçulmanos (ou árabes) tomem conta do mundo (Said, 1990:105).

Após 1973 e as contendas do petróleo, o árabe muçulmano passou a ser visto como mais ameaçador, sendo comuns as caricaturas representando um xeque atrás de uma bomba de gasolina e como perturbador da vida do Ocidente e de Israel. Como afirma Said, “no que diz respeito ao Oriente, a padronização e a estereotipação cultural intensificaram o domínio da demonologia acadêmica e imaginativa do ‘Oriente misterioso’ ” (Said, 1990:120). Essa estereotipação inclui a impossibilidade de se identificar culturalmente ou discutir com neutralidade o OMMM. Um exemplo pôde ser constatado na Guerra do Golfo, em 1990: enquanto a televisão mostrava inúmeras fotos dos soldados americanos, contando sobre suas famílias, seus amores, suas vidas, nada mostrava sobre os/as iraquianos/as.

Tudo o que se mostrava na TV eram mulheres de *hijab*, crianças armadas, camelos, “evidências” de que “eles” eram machistas, fanáticos/as e atrasados/as. Muita simpatia foi despertada pelos americanos, e indiferença em relação aos árabes (Arbex, 2002). Para Ronaldo Helal (1998) a mídia constrói os fatos, os ídolos, os mitos, e as histórias em acordo com o público. Para ele, mídia e sociedade não podem ser consideradas esferas autônomas, pois são interdependentes, e a sociedade moderna (e pós-moderna) é uma sociedade midiática. Lazarsfeld e Merton (2000) dizem que os

mass media servem como reforço das normas sociais, possuem um enorme poder usado para o bem ou para o mal, e que a última possibilidade é mais provável na ausência de controles adequados. No mesmo sentido, Ramonet (2002) afirma que os veículos de comunicação de massa, como a televisão e o cinema, utilizam imagens com base em um designo ideológico.

Adorno, Marcuse e Horkheimer atribuem à cultura de massa o papel de base do totalitarismo no capitalismo moderno, impedindo qualquer oposição genuína às suas tendências. As imagens supracitadas seriam, portanto, máquinas repetitivas que reproduzem os estereótipos. Ao fenômeno da invisibilização dos/as palestinos/as (e povos do OMMM como um todo), podemos, assim, associar o debate sobre a cultura de massa que, apesar de considerado ultrapassado por alguns/mas acadêmicos/as, parecem-nos útil à discussão presente. Nesse sentido, ao passo que HQs tradicionais (como *Tintim*, que veremos nas próximas páginas) tendem a reproduzir visões estereotipadas e preconceituosas dos povos muçulmanos e do Oriente Médio, obras de caráter contra-hegemônico nos brindam com imagens e representações humanizadas dessas populações e suas identidades coletivas. É o que discutiremos em seguida.

Novas representações de palestinos: por imagens não racistas e não eurocêtricas

*Que direito tem de assumir esses ares de superioridade
em relação a um povo que escolhei chamar de oriental?*
(J.M. Robertson)

Em grande parte, o que se fala e se escreve sobre as nações do OMMM são representações e análises exógenas, não a partir das vozes ou discursos dos povos em questão. O mundo muçulmano, como conhecemos, é uma invenção ocidental como tradição de pensamento e vocabulário, um compêndio de imagens e interpretações (Said, 1990). Desde a Antiguidade, o “Oriente” foi cenário de belas paisagens e personagens exóticos. As visitas descritas em diários publicados por viajantes europeus eram mais criações que representações objetivas. O “Oriente” passou a ser associado ao berço de maravilhas e histórias fantásticas, o que estimulou a criatividade de escritores europeus sobre o tema: Goethe e seu *Weltöstliche Diwan*, sir Walter Scott e *O Talismã*, entre outros.

O mundo oriental também influenciou as artes visuais, como podemos perceber através do uso de temas islâmicos na decoração de edifícios europeus e do estilo “orientalista” adotado por pintores como Ingres e Delacroix. A cultura do imperialismo europeu engloba a curiosidade por sociedades asiáticas (Hourani, 1991). A partir de olhares ocidentais e europeus, o contato com “outros mundos” traria à tona fantasias sobre o diferente dentro da estrutura da supremacia branca: de engolir o Outro, como diria bell hooks (1992). Para bell hooks (1992) esse tipo de dinâmica pode ser entendido como uma onda de nostalgia imperialista, um retorno do interesse pelo “primitivo”, que reencenam e re-ritualizam a empreitada colonizadora como fantasia-narrativa sobre poder, desejo e sedução pelo Outro, além de tentar captar uma “essência” de grupos não-brancos cujas tradições e estilos de vida foram inequivocamente transformados pelo imperialismo, pela colonização e dominação racista.

A autora segue afirmando que, desde que raça e etnia sejam mercantilizadas como recursos de prazer, a cultura de grupos específicos (bem como os corpos de seus indivíduos) pode ser vista como um parque de diversões onde indivíduos de raças, gêneros e orientações sexuais dominantes reafirmam seu poder. Nesse diapasão, continua-se a explorar fantasias sobre o Outro, e isso é feito de forma a manter e reforçar o *status quo*, cuja força, por sua vez, torna as identidades fixas, imutáveis, mortas. Neste movimento, identidades individuais se tornam identidades de grupos e estas, por sua vez, são simplificadas e homogeneizadas.

Por sua vez, o Orientalismo - estudo do Oriente a partir de epistemologias coloniais – serviu para domesticar um saber para o Ocidente e produzir um discurso científico capaz de trazer legitimidade para a autoridade que as potências europeias exerceram (e ainda exercem) sobre o mundo islâmico. Edward Said (1990) adverte que é preciso conhecer o orientalismo para entender a disciplina através da qual a Europa produziu e administrou aspectos da política, da ideologia, da ciência e do imaginário sobre o “Oriente”. O parágrafo abaixo, reproduzido da página 24 da obra do autor, explica com clareza os problemas do orientalismo:

O orientalismo não é um mero tema político de estudos ou campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições; nem é uma ampla e difusa coleção de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de algum nefando complô imperialista “ocidental” para subjugar o mundo “oriental”. É antes uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma

elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de “interesses” que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas criam como mantém; ele é, em vez de expressar, uma certa vontade ou intenção de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldando em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como uma ordem colonial ou imperial), com o poder intelectual (como as ciências reinantes da lingüística comparada ou anatomia, ou qualquer uma das modernas ciências ligadas à decisão política), com o poder cultural (como as ortodoxias e cânones de gosto textos e valores), com o poder moral (como as idéias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou entender como “nós” fazemos). Com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é – e não apenas representa – uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual, e como tal tem menos a ver com o Oriente que o “nosso” mundo.

Ainda de acordo com Said (1990), as ideias e as culturas não podem ser estudadas sem considerar, da mesma forma, suas configurações de força. A relação entre os mundos ocidental e oriental sempre foi de força, inclusive no campo da religião. Sendo assim, é uma relação de poder e dominação. É a hegemonia das ideias europeias sobre o “Oriente” que reitera a superioridade do ocidente e o atraso do OMMM. Desta forma, falar de orientalismo é falar de uma criação cultural primordialmente inglesa e francesa, e de um projeto generalista e artificial. Por isso, segue Said (1990), o orientalismo é mais válido como um “sinal do poder europeu-atlântico” do que um discurso real sobre o “Oriente”. No mesmo sentido, Constantin Von Barloeween (2001) aponta uma “etnização” das relações internacionais, na qual os países industrializados pressionam o resto do mundo, particularmente as culturas do Islã, as africanas e as latino-americanas, para impor a modernização em seus moldes. Para o autor, essa pressão é acompanhada da manipulação política de identidades periféricas.

Tal manipulação sobre as representações de povos do OMMM é também levada a cabo em HQs tradicionais, que se alimentam de estereótipos e reproduzem lugares-comuns enraizados em visões etnocêntricas. *As Aventuras de Tintim* são um exemplo. Trata-se de um HQ muito popular (sobretudo em meados do século XX, mas conhecido ainda hoje), que alcança várias faixas etárias e grupos sociais. Seu autor, o belga George Remi (mais conhecido como Hergé), criou o jovem repórter Tintim para o suplemento infanto-juvenil da revista *Le Vingtième Siècle* em 1929 (e seguiu desenhando até sua morte, em 1983), cujo objetivo, coerente com o projeto civilizacional das nações

européias, era transmitir valores cristãos às crianças daquele continente. Um dos modos mais frequentes para tanto adotados foi mostrar culturas locais através de preconceitos: o primeiro volume demonizava a URSS, representando os russos como brutos e totalitários. Mais tarde isso se repetiu com o continente africano, o Extremo Oriente, a América Latina, e com o OMMM, que é nosso tema.

Tintim é a representação da visão orientalista que dominou as opiniões sobre o “Oriente” no século XIX e primeira metade do XX. As tirinhas retratam essas sociedades como bárbaras e inferiores, através da caracterização de personagens estranhos e desumanizados. A imagem explorada nesse tipo de obra é a do cavaleiro árabe como um selvagem, a sedução das belas mulheres dos haréns, e outros estereótipos vulgares como esses (Hourani, 1991). *Tintim no País do Ouro Negro*, por exemplo, trata de um episódio em que as reservas de gasolina na Europa passam a ser sabotadas, o que acarreta a instabilidade do sistema internacional e a iminência de guerra contra esse país fictício. O fato de serem fornecedores de petróleo é negativo, os boicotes são tomados como uma prova da falta de moral por parte dos árabes. Para os colonialistas, os povos do OMMM têm tendência à intriga, simulação, desordem, imagens registradas na HQ e reproduzidas abaixo.

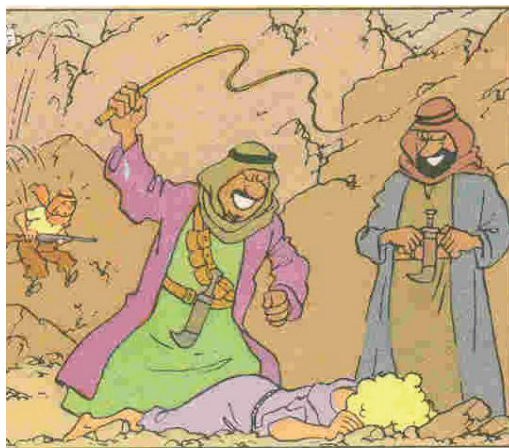


Figura 11 - HERGÉ, 2007

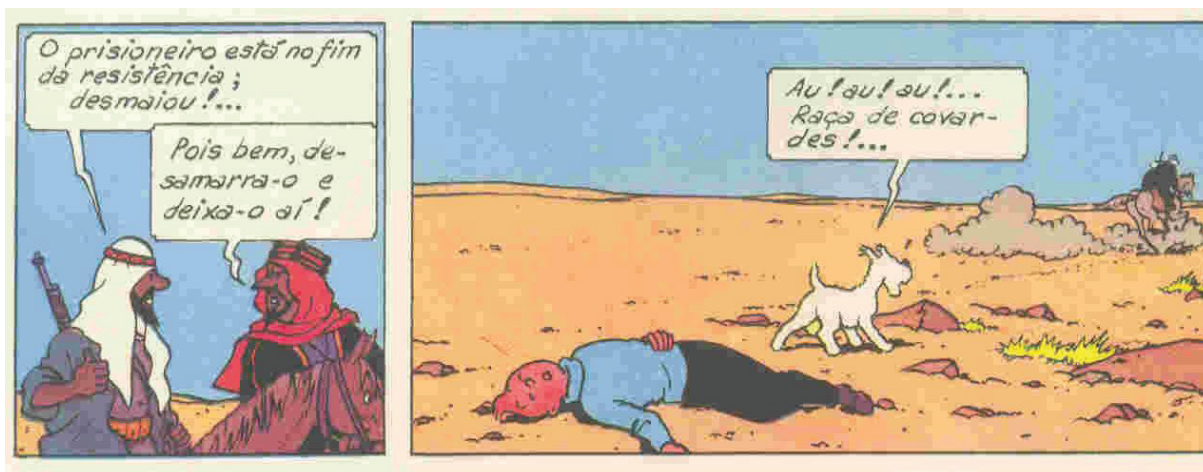


Figura 12 - HERGÉ, 2007



Figura 13 - HERGÉ, 2007

Ao contrário da outra história em quadrinhos aqui analisada, Tintim é dirigido principalmente ao público infantil e tem um forte caráter disciplinador/ pedagógico, ensinado quais valores e normas sociais devem ser seguidas. Assim como afirma Cagnin (1975), a simbolização dos quadrinhos faz com que uma figura ou personagem represente o bem e a justiça, o que é obrigatoriamente direcionado ou policiado pelo desenhista. Miranda (1978) faz uma análise sobre Mickey Mouse que pode ser aplicada também ao repórter aventureiro Tintim: ambos representam o homem livre que possui consciência individual desenvolvida e em acordo com ideais liberais. Sua sociedade, ao contrário dos cenários estrangeiros onde se dão suas aventuras, é essencialmente boa e

reflete o consenso de homens sensatos. Tintim, Mickey, Tio Patinhas, Superman e tantos outros são por excelência arquétipos da supremacia europeia e do sucesso capitalista.

Os personagens dessas histórias representam dominadores e dominados. Os povos do Sul Global são retratados como personagens inocentes e estúpidos, incapazes de superar a sagacidade “natural” e a superioridade dos personagens que representam os homens brancos de países do Norte. Como Hergé parece compactuar de uma visão etnocêntrica, os vilões e figuras idiotizadas geralmente pertencem a etnias diferentes, especialmente do OMMM. Mesmo quando a luta não é real, eles são mostrados como personagens cruéis, como no caso do filme fictício “Ódio de Árabe”, que reforça o estereótipo de “árabe violento” (ver Figura 14). No máximo, podem ser bons, porem ingênuos e incapazes de resolver seu problemas sozinhos (vide Figura 15). De qualquer forma, é sempre o homem branco que se dispõe a lutar contra o mal.



Figura 14 - HERGÉ, 2005.



Figura 15 - HERGÉ, 2005.

Apontamentos finais: contribuição de *Palestina* e a função política da arte

A imagem tem, em nossa tradição cultural, um poder profundamente sedutor e é privilegiada como uma fonte especial de obtenção de conhecimento. Para Arbex (2002), isso é uma herança da Antiguidade Clássica: *histor*, em grego, é “aquele que vê”, e também aquele que sabe. *Historiein* é “procurar saber” e *historie* é “procurar”. Heródoto usou esse significado para suas *Histórias*: elas são “investigações”. Desde o desenvolvimento da fotografia e do cinema, o interesse e as análises sobre a imagem cresceram imensamente. Os quadrinhos, como uma de suas categorias, estabeleceram-se há mais de um século, mas a princípio foram negligenciados em nome de análises consideradas mais sofisticadas sobre o poder, a função e a influência da imagem.

Isso mudou com estudos de acadêmicos da França e Itália na década de 1950 e, hoje em dia, há numerosas pesquisas sobre essa “literatura de imagens fixas” na psicologia, na sociologia, na ciência política e no campo da moral (Cagnin, 1975). Resiste na Academia, contudo, a crença de o único saber é a ciência tradicional. Acadêmicos/as criticam filmes e desenhos por serem romantizados, parciais, focados em experiências individuais. Não acreditam sirvam como forma estudo da política e da história. Contudo, eles se esquecem que sua maneira de enxergar a realidade não leva em conta todas as versões em todos os momentos, partem também de um recorte e de uma posição

específica: é um saber situado (Haraway, 1995), assim como a HQ. Portanto, o que diferencia um texto escrito de um texto em quadrinhos é meramente o tipo de linguagem e a abordagem, o que não torna um mais confiável e completo do que o outro.

Também não se trata de dizer que filmes e HQs sirvam para complementar o livro. Eles são tipos diferentes de narrativas. Assim o percebem alguns grupos de estudiosos/as que levam a sério o significado das imagens e os discursos das HQs. Assim, a arte sequencial cada vez mais se consolida como forma de narrativa em um mundo em constante transformação no qual a história escrita não é menos problemática que a “história visual” (Rosenstone, 1995). Aos poucos, os quadrinhos vem conquistando legitimidade para reivindicar o status de texto e a busca por objetividade é relativizada. Contudo, os estudos sobre HQs ainda focam majoritariamente no âmbito da idéia de cultura de massa, que pode ser encarada como o caminho que os liga diretamente à função política da arte. Falta ainda priorizar a capacidade contra-hegemônica desse sistema narrativo.

Nesse sentido, José Arbex (2002) argumenta que a reportagem em quadrinho de Joe Sacco chega a ser mais eficaz do que o texto histórico, acadêmico ou jornalístico, pois questiona a linguagem objetiva, que se tornou mais uma peça de legitimação da percepção de mundo hegemônica. Cabe, portanto, criar e estudar mais quadrinhos que se propõem a desenhar novas imagens para dar voz a povos que foi demasiadamente silenciados e desumanizados. Marjane Satrapi, em sua HQ *Persépolis* (que não pode ser tratada aqui pela limitação de espaço), oferece imagens do Irã a partir de sua vida cotidiana, mostra os/as iranianos/as de forma humana, com sentimentos universais, superando rótulos produzidos pelo Ocidente que associaram o país à idéia de “Eixo do Mal”, na qual se apoiam justificativas para intervenções militares.

O mesmo faz Sacco em *Palestina*, ciente de que nenhum jornalismo é neutro: as imagens que vemos do mundo na mídia planetária escolhem um recorte, um ponto de vista, mas aspiram objetividade, são vendidas como neutras. O desenhista reconhece que o narrador sempre deixa sua marca e que a sua é retratar imagens da vida de palestinas e palestinos comuns, tornando-os/as mais próximos/as dos/as leitoras/es e lutando contra sua invisibilidade:

Sacco dá uma cara aos árabes sem cara. Mostra o sofrimento das mães palestinas, a ansiedade das crianças, o terror dos homens diante de um Exército formidável, poderoso e fascistóide. Mas ele não faz um ‘panfleto palestino’. Ao contrário, há todo um esforço para mergulhar no componente profundamente

humano da tragédia palestina. Produz seus heróis e seus covardes, suas esperanças e suas frustrações. Nisso reside a legitimidade e o poder deste livro: no mundo em que imperam as imagens, Sacco produz suas próprias imagens de mundo para subverter, questionar uma percepção uniformizada pela grande mídia (Arbex, 2002:XI).

Já que perspectiva dos grupos dominantes é tida como uma não-perspectiva (como neutra e universal, apesar de enviesada e subjetiva como qualquer outra), é necessário construir e reconstruir novas Histórias, narrativas e discursos, no intuito de evitar a homogeneização das representações de povos subalternizados e para fazer frente às versões tradicionais que silenciam tantos agentes e grupos sociais. Por todo o exposto acerca do conflito entre Israel e Palestina, as atrocidades cometidas pelas lideranças sionistas, pelas agressões (assimétricas) entre os dois lados, e observando que ainda persiste um olhar orientalista e silenciador do povo palestino e das populações do OMM, é urgente criar representações alternativas ao padrão tradicional ocidental, inclusive em arte sequencial. Trata-se de contribuição fundamental ao entendimento entre as culturas e povos e à superação do orientalismo e de outros pontos de vista etnocêntricos.

Referência bibliográficas

ADORNO, Theodor Ludwig; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: O Iluminismo como Mistificação da Massa. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

AGENCIA EFE. *ONG denuncia que quase 600 palestinos foram detidos por Israel em agosto*. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/37667/ong+denuncia+que+quase+600+palestinos+foram+detidos+por+israel+em+agosto.shtml>>. Acesso em 30/08/2014.

ARBEX, José. *O poder da TV*. São Paulo: Scipione, 1995.

BARLOEWEN, Constanti von. "Um mundo unipolar? A cultura como fator da realpolitik". In: *Le Monde Diplomatique*, novembro de 2001.

- B'TSELEM – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. *Kept in the Dark - Treatment of Palestinian Detainees in the Petah Tikva Interrogation Facility of the Israel Security Agency*. October, 2010. Disponível em <http://www.btselem.org/download/201010_kept_in_the_dark_eng.pdf>, acesso em 15/08/2014.
- CAGNIN, Antônio Luiz. *Os quadrinhos*. São Paulo: Editora Ática, 1975.
- DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. *Para Ler o Pato Donald: Comunicação de Massa e Colonialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. In: *Cadernos Pagu* (5): pp. 07-41, 1995.
- HELAL, Ronaldo – “Cultura e Idolatria: Ilusão, Consumo e Fantasia”. In: ROCHA, Everardo (org.) *Cultura & imaginário: interpretação de filmes e pesquisa de ideais*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- HOOKS, Bell. *Black looks – race and representation*. Boston: South End Press, 1992.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LAZARFELD, Paul F.; MERTON, Robert K. “Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LELLIS, Gabriel; MATOS, Thais. “Um histórico do conflito Israel-Palestina”. In: *Jornal do Campus*. Disponível em <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/09/um-historico-do-conflito-israel-palestina/>>. Acesso em 01/09/2014.
- LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio. Do advento do cristianismo até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. São Paulo: Summus Editorial, 1978.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam Chega ao Brasil. A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEACE NOW. *Settlements*. Disponível em <<http://peacenow.org.il/eng/content/settlements>>. Acesso em 01/09/2014.

RAMONET, Ignácio. *Propagandas silenciosas*. Massas, Televisão, Cinema. Petrópolis: Vozes, 2002.

REMI, Georges. *As Aventuras de Tintim - Tintim no país do ouro negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *As Aventuras de Tintim - Os Charutos do Faraó*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROSENSTONE, Robert. *Visions of the Past. The Challenge of Film to Our Idea of History*. Harvard University Press, 1995.

SACCO, Joe. *Palestina - Uma nação ocupada*. São Paulo: Conrad Livros, 2002.

SAID, Edward. *O Orientalismo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1990.

SATRAPI; Marjane. *Persépolis*, Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Persépolis*, Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Persépolis*, Volumes 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCALERCIO, Márcio. *Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SWINGEWOOD, Alan. *O Mito da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

Documentos Oficiais consultados

Israel's Interrogation Policies and Practices - December 1996. Disponível em <<http://mfa.gov.il/MFA/AboutIsrael/State/Law/Pages/Israels%20Interrogation%20Policies%20and%20Practices%20-%20De.aspx>>, acesso em 01/09/2014.

British Palestine Mandate: Text of the Peel Commission Report - July 1937. Disponível em <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/peel1.html>>, acesso em 01/09/2014.

Sykes-Picot Agreement - 15 & 16 May, 1916. Disponível em
<http://wwi.lib.byu.edu/index.php/Sykes-Picot_Agreement>, acesso em
01/09/2014.

The Balfour Declaration - November 2, 1917. Disponível em
<<http://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/guide/pages/the%20balfour%20declaration.aspx>>, acesso em 01/09/2014.